



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2020

(nº 384/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 384/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Os méritos do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

Brasília, 18 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de RAFAEL DE MELLO VIDAL, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Angola.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de RAFAEL DE MELLO VIDAL para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo*

OFÍCIO Nº 380/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

  
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RAFAEL DE MELLO VIDAL

CPF: 296.009.441-72

ID.: 7676 MRE

1964 Filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasce em Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato, conforme o Art. 12, letra b, da Constituição de 1946).

#### Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal  
1991 CPCD IRBr  
1996 CAD IRBr  
2011 LVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com apresentação de tese sobre "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

#### Cargos:

1991 Terceiro-secretário  
1996 Segundo-secretário  
2002 Primeiro-secretário, por merecimento  
2006 Conselheiro, por merecimento  
2011 Ministro de segunda classe, por merecimento

#### Funções:

1991 Assistente na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEX)  
1992 Assessor na Secretaria de Orçamento e Finanças  
1995 Consulado-Geral em Nova Iorque, cônsul-adjunto  
1998 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário  
2002 Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário  
2002 Assessor na Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD), Gabinete do Ministro de Estado  
2003 Assessor na Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado (AIG)  
2003 Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC), subchefe  
2005 Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami  
2008 Conselheiro comissionado ministro-conselheiro na Embaixada em Caracas  
2010 Ministro-conselheiro na Embaixada em Assunção  
2012 Encarregado de negócios na Embaixada em Assunção de julho a novembro  
2013 Ministro-conselheiro na Embaixada em Copenhague  
2016 Ministro-conselheiro na Embaixada em Madri  
2019 Embaixada em Bamako Mali, embaixador

#### Publicações:

2010 "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL", FUNAG, Brasília

**Condecorações:**

2010	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador
2012	Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador
2019	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial



**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**  
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Maço Básico**

**ANGOLA**



**OSTENSIVO**

**Divisão de África II - DAF II**

**Maio de 2020**

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). O País empenhou apoio diplomático ao governo angolano mesmo durante o período mais agudo da Guerra Fria.

A partir dos anos 1980, foram instaladas operações de paz das Nações Unidas em Angola: a UNAVEM I (1989) fiscalizou a saída das tropas cubanas; a UNAVEM II (1991) facilitou a realização das eleições, determinadas pelos Acordos de Bicesse; e a UNAVEM III (1995), da qual participou o Brasil, monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a UNITA e consolidar a paz.

**As relações diplomáticas Brasil-Angola possuem, há dez anos, caráter estratégico e pautam-se em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica.**

Nos últimos dois anos, têm sido realizados inúmeros encontros de alto nível entre representantes dos dois países. O então Ministro das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, esteve em Brasília por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro e manteve reunião bilateral com o Ministro Ernesto Araújo.

Em dezembro de 2019, o Ministro Ernesto Araújo encerrou seu primeiro périplo africano em Angola, após passar por Cabo Verde, Senegal e Nigéria. Na ocasião, o Ministro Araújo entregou ao Presidente João Lourenço carta na qual este foi convidado a visitar o Brasil em 2020.

O Presidente Jair Bolsonaro, acompanhado do Ministro de Estado, fez escalas técnicas em Luanda na ida (23/01) e no retorno (28/01) da visita à Índia, realizada entre os dias 25 e 27/01/2020. Nas duas ocasiões, a comitiva presidencial foi recepcionada pelo então Chanceler Manuel Augusto e pela então Diretora de América do MIREX, Embaixadora Esmeralda Bravo Mendonça. Na primeira escala, o Presidente da República recebeu ligação do Presidente João Lourenço, ocasião em que manifestou disposição de realizar visita a Angola.

Em março de 2020, o Embaixador Manuel Augusto voltou ao Brasil, onde cumpriu substantiva agenda de reuniões com o Ministro Ernesto Araújo e com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, de modo a avançar a extensa pauta de temas bilaterais.

**As vantagens do idioma, dos laços culturais e históricos e da vizinhança atlântica, ademais dos desafios comuns entre as sociedades brasileira e angolana, facilitam sobremaneira o diálogo bilateral com Angola.**

## COMÉRCIO BILATERAL

Desde meados de 2014, período que coincide com a queda sistemática do preço do petróleo, houve declínio na corrente de comércio bilateral, que permaneceu abaixo de US\$ 1 bilhão nos últimos cinco anos.

Em 2019, as exportações brasileiras a Angola somaram US\$ 441,52 milhões (-3,48% em relação a 2018) – o pior resultado desde 2005 –, e as importações, US\$ 140,50 milhões (-33,38%). Houve, por outro lado, aumento do superávit brasileiro, que atingiu o valor de US\$ 301 milhões (+22,08%). Nesse

ano, o valor acumulado pelos embarques do agronegócio foi de US\$ 355 milhões, cerca de 80% das exportações totais do Brasil para Angola.

Os principais produtos exportados foram açúcar (US\$ 132,08 milhões; +28,76%); carne de aves (US\$ 65,73 milhões; -18,12%); e embutidos de carne (US\$ 29,76 milhões; -0,63%). Angola é, desde 2012, o principal destino das exportações brasileiras de embutidos de carne no mundo.

As importações com origem em Angola têm oscilado bastante nos últimos dez anos. No período 2014-2019, as importações brasileiras de produtos angolanos reduziram-se do pico de US\$ 1,11 bilhão a US\$ 140,50 milhões (-87,34%), concentradas, em mais de 80%, em petróleo e derivados (naftas para a indústria petroquímica e gás liquefeito). A partir de 2015, o petróleo bruto deixou de ser importado e foi substituído por naftas para a indústria petroquímica. As importações de gás natural liquefeito tiveram início em 2013, somando-se a embarques de butano e propano liquefeito.

São números modestos se comparados ao nível recorde registrado em 2008 (US\$ 4 bilhões).

## **COMÉRCIO AGROPECUÁRIO**

Angola já é importante mercado para as exportações brasileiras de proteína animal (carne bovina congelada, suína e de aves). Entretanto, soma-se a um grupo importante de países da África e do Oriente Médio, como Egito, África do Sul e Arábia Saudita, que impuseram barreiras às importações de produtos agrícolas como medida de fomento à economia nacional.

O governo angolano promulgou o decreto presidencial 23/19, de 14/01/2019, no contexto do "Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações" (PRODESI). A lei regulamenta a importação de 54 produtos considerados "da cesta básica e prioritários de origem nacional", definindo condições para a concessão de licenças e prevendo restrições quantitativas a partir de 2022. A medida tem como objetivo a substituição de importações e o estímulo da produção nacional, com reflexos sobre os exportadores brasileiros de carne e milho.

O tema reveste-se de aguda sensibilidade política e econômica em Angola, uma vez que a substituição de importações, sobretudo no caso de produtos da cesta básica, é considerada pelo governo local instrumento essencial para reduzir a dependência do setor petrolífero e estimular a agricultura.

A oferta de cooperação técnica na área agrícola e a promoção de investimentos brasileiros têm sido objeto de solicitações do governo angolano.

## **COMÉRCIO DE AVIÕES**

A Embraer tem oferecido suas aeronaves a Angola, ressaltando a ampla experiência da empresa com o segmento da aviação regional.

## **INVESTIMENTOS**

Atualmente, da perspectiva angolana, um dos principais interesses é atrair novos investimentos brasileiros, considerados fundamentais para promover a diversificação da economia e para o sucesso dos programas de privatizações e concessões em curso.

O Ministro Ernesto Araújo sinalizou a seus interlocutores angolanos que interessaria, neste momento, reconfigurar a presença econômica brasileira em Angola, deixando de lado um modelo dependente de crédito público e ingerência estatal e substituindo-o por novo paradigma em que investimentos produtivos possam ser atraídos segundo uma lógica de mercado, valendo-se do compromisso do governo do Presidente João Lourenço com a desburocratização e a transparência, bem como do novo marco jurídico angolano para investimento privado e parcerias público-privadas.

O Acordo para evitar a Dupla Tributação (ADT) no transporte aéreo, em fase final de revisão para assinatura, e o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) poderão contribuir para estimular novos investimentos. A divulgação pelo governo angolano, junto ao empresariado brasileiro, das reformas já empreendidas e das oportunidades que surgirem em novos setores, com o programa de privatizações, e, especialmente, na agropecuária, considerado setor prioritário para diversificação da economia e para garantir a segurança alimentar de país ainda largamente dependente de importações de alimentos, também poderá estimular investimentos.

Mencione-se, ainda, a presença de investimentos angolanos no Brasil. Em abril de 2019, foi inaugurado centro de processamento de dados da empresa Angola Cables, em Fortaleza, o “Angonap Data Center Fortaleza”. O “Angonap” é hoje o principal ponto de conexão da América do Sul, diretamente ligado a dois cabos submarinos intercontinentais: o “SACS” (South Atlantic Cables System, entre a cidade angolana de Sangano e Fortaleza) e o “Monet” (entre São Paulo e Miami), ambos instalados e mantidos pela Angola Cables. O Banco de Desenvolvimento de Angola financiou o investimento, incluindo a rede submarina e a construção do centro.

## **ANTECIPAÇÃO DE DÉBITOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL E AO BNDES**

Em 03/12/2019, Angola efetuou o pagamento integral, e de forma antecipada, de seu saldo devedor junto ao governo brasileiro, no valor de US\$ 589,3 milhões (581 milhões relativos ao BNDES e 8,3 milhões ao BB-PROEX). A dívida referia-se a contratos firmados antes de 2015. Angola sempre honrou seus compromissos com o Brasil e nunca atrasou pagamentos das parcelas devidas, observando os cronogramas estabelecidos nos contratos de financiamento.

A quitação do saldo devedor representa prova do compromisso angolano com reformas estruturais que lançarão bases mais sólidas para futuro crescimento econômico, além de gesto de boa vontade e confiança nas relações bilaterais.

## **ACORDO DE SERVIÇOS AÉREOS**

As relações aerocomerciais entre Brasil e Angola são regidas pelo Acordo de Serviços Aéreos (ASA), assinado em 16/12/1983, e por Memorando de Entendimento, firmado pelas autoridades aeronáuticas dos dois países em 11/04/2017. Novo ASA bilateral foi assinado em 24/09/2019, em Montreal, à margem da 40ª Assembleia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

A fim de evitar que os transtornos relativos a cobranças fiscais de que a

empresa angolana TAAG foi objeto se repitam no futuro, o lado brasileiro propôs, em 2005, a negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional (ADT aéreo). O instrumento servirá como incentivo para que outras empresas, brasileiras ou estrangeiras, ofereçam frequências diretas de cargas e passageiros, complementando, assim, o recém-assinado Acordo de Serviços Aéreos.

## **ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS (ACFI)**

O ACFI com Angola foi assinado em 01/04/2015. Em 28/07/2017, o ACFI entrou em vigor para ambas as Partes.

A primeira reunião do Comitê Conjunto do ACFI realizou-se em 28/02/2020, em Brasília. O Comitê Conjunto, entre outras atribuições, encarrega-se do monitoramento da implementação do Acordo, do compartilhamento de oportunidades de investimentos e, sobretudo, da atuação para a prevenção de controvérsias e para a solução amigável de eventuais disputas envolvendo os investimentos bilaterais.

## **TEMAS ENERGÉTICOS**

**Petróleo.** A produção de petróleo corresponde a mais de um terço do PIB (cerca de 34%) angolano. O setor de hidrocarbonetos sofre, desde 2014, com a queda dos preços do petróleo. Uma das principais metas do Estado angolano é criar condições para viabilizar a diversificação de sua economia, cuja produção petrolífera, a segunda do continente, dá mostras de estagnar-se aos poucos, o que se deve sobretudo à falta de investimentos em anos anteriores e não propriamente por esgotamento das reservas petrolíferas, cuja maior parte se encontra em águas profundas ou ultra profundas.

No tocante aos incentivos para a retomada dos investimentos, foram publicados vários decretos presidenciais visando a regular a atividade petrolífera e a conferir maior segurança jurídica e rentabilidade aos investidores. Entre 2018 e os primeiros meses de 2019, o marco regulatório do setor de combustíveis fósseis foi amplamente revisto, tarefa realizada pelo governo angolano em consultas com as principais multinacionais atuantes no país.

**Gás Natural.** O novo marco regulatório para gás natural, introduzido por decreto presidencial de 18/05/18, estabelece regime fiscal e normas para prospecção, pesquisa e produção. Angola é um pequeno produtor de gás natural, e grande parte do gás associado ao petróleo é queimado pelas empresas por falta de estrutura que torne o aproveitamento econômico viável.

O governo busca transformar essa situação desde 2013, quando a então recém-inaugurada usina de gás liquefeito (Angola LNG ou ALNG), situada no porto de Soyo, na foz do rio Congo, fez sua primeira exportação (para o Brasil). O empreendimento, orçado em US\$ 10 bilhões, teve suas operações interrompidas um ano depois, por dificuldades de manutenção, sendo reativado em 2016. A usina foi construída com capacidade para produzir 5,2 milhões de toneladas por ano, mas permanece em grande parte ociosa. A ALNG tem como acionistas a Chevron (36,4%), a Sonangol (22,8%), a BP (13,6%), a Eni (13,6%) e a Total (13,6%).

**Mineração.** O governo do Presidente João Lourenço vem introduzindo algumas mudanças no marco jurídico do setor de mineração. Aprovou-se, por exemplo, legislação que acabou com o monopólio da comercialização de diamantes pela estatal "Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola" (Sodiam) e criaram-se incentivos ao investimento privado nas áreas de prospecção, exploração e lapidação.

A reestruturação em curso do setor de recursos minerais prevê, igualmente, a criação de uma Agência Nacional de Recursos Minerais. O lado angolano também já externou propósito de inteirar-se do histórico de criação da Agência Nacional de Mineração no Brasil, bem como da alteração do Código de Mineração e do aprimoramento da legislação brasileira relativa a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.

## **COOPERAÇÃO EM DEFESA**

O setor de defesa é de grande importância bilateral e há grande interação e convergência de opiniões entre os dois países em diversos fóruns.

Por parte do Brasil, há interesse em que a cooperação no setor de defesa com Angola seja intensificada, inclusive na seara da indústria.

Temas de defesa e segurança tendem a merecer atenção especial no âmbito da nova administração angolana, uma vez que tanto o Presidente (Ministro da Defesa Nacional entre 2014 e 2017) quanto o Vice-Presidente do país são generais das Forças Armadas Angolanas (FAA).

## **ACORDO DE COOPERAÇÃO EM DEFESA**

Em 2012, houve interrupção da tramitação do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, para verificação de sua compatibilidade com a LAI. Em 2017, avaliação conjunta do MRE e do MD constatou que não havia óbice jurídico à aprovação parlamentar. O Acordo foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 12/03/2020, e seguiu para análise do Senado Federal.

## **ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA**

Visitas de altas autoridades dos Ministérios da Defesa de ambos os países são constantes e demonstram a intensidade das relações bilaterais nessa área. As principais demandas das Forças Armadas Angolanas têm envolvido a formação e o aperfeiçoamento de militares.

Em março de 2020, o navio-patrolha oceânico Amazonas participou, em Luanda, de exercícios de simulação e adestramento para oficiais angolanos e santomenses da operação marítima multinacional Obangame Express, destinada a treinamento para combate a ilícitos transnacionais no Golfo da Guiné. O exercício teve formato reduzido em razão da crise de COVID-19.

## **COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP**

A CPLP também constitui importante fórum em que Brasil e Angola promovem cooperação na área de defesa. Os Estados Membros têm buscado, entre outros temas, contribuir para o reforço das capacidades nacionais em matéria de defesa e explorar possibilidades de cooperação no âmbito de missões

de paz. Devotam, ainda, crescente atenção aos desafios de segurança do Atlântico Sul.

## **GOLFO DA GUINÉ**

Angola é membro fundador da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), organismo regional instituído em 2001, em Libreville, capital do Gabão, e cuja missão é, *inter alia*, criar condições de confiança mútua, paz e segurança propícias ao desenvolvimento harmônico dos Estados Partes. O Acordo entrou em vigor em agosto de 2008. Angola dispôs-se a abrigar, na capital do país, a sede da CGG, tendo também abrigado a II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da CGG, em novembro de 2008.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o País tem buscado colaborar para o enfrentamento do problema, com o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e a participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente.

O caráter estratégico do engajamento brasileiro no Golfo da Guiné refletiu-se na criação, em 23/05/2019, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné. O objetivo do referido GTI é “acompanhar, planejar e debater questões relacionadas ao Golfo da Guiné, de maneira a prover informações e orientações para que a atuação dos órgãos relacionados com o assunto esteja de acordo com os interesses do Estado brasileiro”. O colegiado é composto por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, bem como da Marinha do Brasil.

Foi também objeto de análise, no âmbito do GTI, a participação do Brasil no Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), fórum multinacional de concertação política voltado à coordenação de ações nacionais e multinacionais de combate à pirataria, ao roubo à mão armada no mar e a outras atividades marítimas ilegais na região do Golfo. O grupo inclui os membros do G7, os Estados da costa ocidental da África (Angola, Benim, Cabo Verde, Cameroun, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, República do Congo, República da Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo), bem como Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suíça. O Brasil, que, assim como a Austrália, participava na condição de observador, comunicou, por ocasião da última reunião plenária do agrupamento, em novembro de 2019, sua intenção de tornar-se membro pleno.

## **COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL**

A cooperação técnica oferecida pelo Brasil a Angola privilegia o desenvolvimento de capacidades locais, bem como o compartilhamento de conhecimentos e experiências para a formulação e a implementação de políticas públicas e ações mais específicas de treinamento e capacitação profissional.

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em junho de 1980 e promulgado em outubro de 1990.

Atualmente, a pauta de cooperação bilateral com o país é prioritariamente focada no setor de saúde e conta com três projetos em execução – dois deles recém-assinados durante a visita do então Ministro da Saúde brasileiro a Luanda, em 18/11/2019, para a implementação de medidas para prevenção e controle do câncer, e para a atenção integral a pessoas com doença falciforme. Na ocasião, foi inaugurado o primeiro banco de leite humano no país. Há, ademais, interesse angolano em receber cooperação brasileira na área de ações voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência (Programa “Escola de Todos”).

## **COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA**

Durante a visita do então Chanceler angolano a Brasília, em março de 2020, foi realizada uma reunião na EMBRAPA e outra no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para discutir possível apoio da empresa brasileira na cooperação agrícola. O foco da demanda angolana seria a formação de quadros, a assistência técnica e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento das culturas prioritárias: milho, feijão, sorgo, mandioca, abacate e algodão. Com exceção da mandioca, Angola importa as demais *commodities* que compõem a base alimentar de sua população.

Nas conversas no MAPA, ressaltou-se o importante papel a ser desempenhado pelos setores privados de ambos os países no tema. Acordou-se que o tema avançaria com a realização de missão de especialistas da EMBRAPA e da ABC a Angola, em data a ser acordada pelas partes.

## **COOPERAÇÃO TÉCNICA MULTILATERAL – CPLP**

São três os projetos de cooperação em execução com Angola no âmbito da CPLP: Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP; e Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, implementado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

## **COOPERAÇÃO EDUCACIONAL**

A principal iniciativa bilateral de cooperação educacional diz respeito ao intercâmbio de estudantes universitários. Parcela expressiva da elite angolana foi e continua a ser formada em universidades brasileiras.

Angola é um dos principais países africanos beneficiados pelo Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), ocupando a 4ª posição em número de selecionados, atrás de Cabo Verde, Guiné Bissau e Paraguai, desde 2000. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) recebe estudantes dos países de língua portuguesa da África e do Timor Leste. Atualmente, 325 angolanos estão realizando estudos de graduação na universidade.

## LEITORADO

Em cerimônia no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), em janeiro de 2020, o Embaixador do Brasil em Luanda, em conjunto com o Reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), Dr. Pedro Magalhães, assinou Memorando de Entendimento para o estabelecimento do programa de Leitorado. O/A profissional selecionado ministrará aulas em nível de graduação e pós, além de contribuir para a realização de eventos, nas áreas de literatura brasileira, literatura comparada, estudos culturais afro-brasileiros, teoria e crítica literárias.

## COOPERAÇÃO CULTURAL

O Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) foi inaugurado em novembro de 2003. Como resultado de Memorando de Entendimento bilateral, assinado em 2009, houve cessão recíproca de imóveis históricos, com vistas a abrigar o Centro Cultural de Angola no Brasil, que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, e do Brasil em Angola.

A nova sede do Centro Cultural Brasil-Angola foi instalada onde se localizava o antigo "Hotel Luanda", que teve a fachada restaurada e o interior reconstruído. É um dos principais espaços culturais da capital angolana. O centro foi palco de 112 eventos culturais e educacionais ao longo de 2019, nas áreas de teatro, cinema, literatura, música, dança, artes plásticas, gastronomia, capoeira, entre outras.

## ACORDO ORTOGRÁFICO: DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Persiste, entre autoridades e acadêmicos angolanos, a postura de "retificar para ratificar" o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que não coincide com a ótica brasileira. De forma geral, as resistências adviriam de dificuldades na definição do Vocabulário Ortográfico Nacional (VON) angolano, no que se refere ao aportuguesamento das palavras com origem nas línguas autóctones.

## COMBATE À CORRUPÇÃO

**O novo governo angolano tem buscado apoio brasileiro para aprimorar suas instituições de combate à corrupção. Trata-se da busca, pelos governos de Brasil e Angola, por abrir frentes inovadoras nas relações bilaterais.**

A Inspeção Geral da Administração do Estado de Angola (IGAE) realizou, em agosto de 2019, missão a órgãos públicos brasileiros com o intuito de aprimorar o combate à corrupção. A IGAE foi recebida à época pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, pelo Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e pela então Procuradora-Geral da República.

A missão da IGAE repercutiu positivamente na imprensa e junto às autoridades angolanas. O Ministério Público local já sinalizou interesse em conhecer melhor o instituto da delação premiada aplicado no Brasil.

## ACORDO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

Durante a visita a Luanda, em dezembro de 2019, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro do Interior de Angola, Eugénio César Laborinho, assinaram o Acordo em Matéria de Segurança e Ordem Interna. O Acordo busca fomentar a cooperação, sobretudo em áreas como terrorismo, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, sequestro, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, crimes contra a vida, corrupção e crimes contra propriedade.

### TEMAS CONSULARES, MIGRATÓRIOS E CRISE DA COVID-19

É pequeno o número de brasileiros que visita Angola a turismo, predominando objetivos como negócios e a visita a parentes que residem no país. Os principais destinos são Luanda e a cidade de Benguela, no sul do país.

Brasil e Angola possuem dois acordos bilaterais sobre vistos em vigor: Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios (2014) e Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (1999). Exigem-se vistos para todo tipo de viagem em passaportes comuns.

O número de solicitantes angolanos de refúgio no Brasil continua elevado: atualmente, há 4.983 pedidos aguardando decisão do CONARE. Outros 564 nacionais angolanos já são detentores de refúgio no Brasil.

No contexto da crise da COVID-19, desde 20/03, estão sendo aplicadas medidas de distanciamento social em Angola. No momento, aplica-se alto grau de restrição à movimentação das pessoas. A violação da quarentena domiciliar constitui crime de desobediência e pode dar ensejo a sua transformação em quarentena institucional.

**Em apoio aos cidadãos brasileiros retidos em Angola, em 24/04, foi realizado voo de repatriação que partiu de Maputo e fez escala em Luanda, onde embarcaram 192 nacionais.**

## POLÍTICA INTERNA

### PANORAMA GERAL

Em 2017, Angola comemorou quinze anos de paz. O fim da guerra civil, em 2002, após a morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país, que esteve mergulhado em mais de 40 anos de conflitos: quinze anos de luta anticolonial e 27 anos de embates internos. Em 2012, de forma ordeira e tranquila, realizaram-se, já sob a égide da primeira Constituição de Angola (promulgada em 2010), as primeiras eleições gerais desde o fim da Guerra Civil (em 2008, houve apenas eleições legislativas). Naquele ano, como esperado, o MPLA elegeu o Presidente José Eduardo dos Santos, com 72% dos votos válidos.

A grande novidade no cenário político angolano foi a decisão de José Eduardo dos Santos, que permaneceu no poder por quase quatro décadas, de não se apresentar como cabeça de lista do MPLA para as eleições de 2017 e de, conseqüentemente, afastar-se da presidência angolana. O fato de comemorar 78

anos em 2018, somado ao seu estado de saúde, pesou na decisão. Santos, contudo, não abandonou, de imediato, a vida política, tendo permanecido como Presidente do partido governista até setembro de 2018, quando João Lourenço assumiu, também, a presidência do MPLA.

## **CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO DE JOÃO LOURENÇO**

Nas eleições de 2017, o então Ministro da Defesa João Lourenço, cabeça de lista do MPLA, foi eleito Presidente da República, tendo o MPLA angariado 61% dos votos, contra 26% para a UNITA.

O afastamento de familiares de José Eduardo dos Santos de posições estratégicas em empresas estatais reforçou a posição do novo governo de apresentar-se como independente no que se refere à lisura da gestão pública, um dos eixos do programa de governo de Lourenço.

Em abril de 2020, o Presidente Lourenço realizou ampla reforma ministerial, reduzindo de 28 para 21 as pastas ministeriais e afastando quadros ainda associados a gestão anterior. Os novos nomes, como o do novo titular da Pasta de Relações Exteriores, Embaixador Tété António, revelam valorização de personalidades mais jovens do MPLA e a continuidade do projeto reformista.

## **GRADUAL DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER**

O MPLA é o único partido presente nos 164 municípios das 18 províncias angolanas. Sua estrutura e capilaridade superam em complexidade as do Estado, uma vez que está presente não apenas no meio urbano, mas também no campo, onde é representado por seus comitês de ação.

O governo central e o MPLA se dispuseram a dar início ao processo de preparação das inéditas "eleições autárquicas", a partir de 2020, para fortalecer a autonomia das províncias e dos municípios, e contemplar maior participação de outras forças políticas – passo adicional rumo ao fortalecimento da democracia angolana.

## **OPOSIÇÃO**

Após 16 anos de gestão de Isaiás Samakuva, Adalberto Costa Júnior foi eleito novo Presidente da UNITA, a mais importante agremiação partidária oposicionista de Angola. Em sinal de ambiente político republicano e conciliador, o PR João Lourenço cumprimentou Costa Júnior pela vitória. Dos atuais 220 deputados da Assembleia Nacional, 150 são do MPLA, e 51, da UNITA. Os poucos assentos remanescentes estão distribuídos entre partidos menores (FNLA, etc.).

## **ECONOMIA**

### **PANORAMA GERAL**

A economia angolana vincula-se estreitamente às receitas do petróleo, setor que responde por 95% das exportações do país, por mais da metade de suas receitas totais e por cerca de um terço do PIB. Essa dependência expõe o país às

oscilações do preço do petróleo, de modo que o governo angolano se mostra cada vez mais consciente da necessidade de diversificação econômica. Apesar da queda na produção, por falta de novos investimentos, o país é o segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria, e um dos dez maiores exportadores no mundo.

O Presidente João Lourenço, na metade de seu mandato, tem logrado criar ambiente de maior liberdade econômica e aprovar uma série de medidas conducentes à implementação gradativa de reformas estruturais, ao amparo de acordos firmados com o FMI e o Banco Mundial, não obstante o persistente quadro recessivo. A prioridade é aumentar a produção doméstica de bens e serviços para gerar emprego e renda localmente, diversificando a economia.

## **PERSPECTIVAS ECONÔMICAS**

O baixo preço do petróleo, desde 2014, representa um dos mais importantes desafios políticos e econômicos do país, com desdobramentos variados: revisão do orçamento nacional, desvalorização cambial, taxa de inflação, e adoção de política monetária e fiscal restritiva. A diminuição das receitas de exportação de petróleo condicionou a redução dos investimentos públicos (um dos pilares do crescimento econômico de Angola), o que contribuiu para o arrefecimento da economia.

A baixa dos preços do petróleo, ao reduzir a entrada de dólares no país, exerce pressão sobre as reservas nacionais. A desvalorização do kwanza frente ao dólar fez subir os preços dos produtos importados e, em consequência, a inflação, com impacto sobre as camadas mais pobres, o que agrava a já acentuada desigualdade de renda.

Na proposta orçamentária para 2020, aprovada em novembro corrente pela Assembleia Nacional, o governo angolano confirma recessão em 2019 pelo quarto ano seguido, com queda de 1,1% do PIB.

Para 2020, antes da crise da COVID-19, o governo previa crescimento de 1,8% (1,2% para o FMI). Com a eclosão da pandemia, contudo, projeta-se a contração do PIB angolano entre -1,2% e -3,3% para este ano.

## **INFLAÇÃO, TAXA DE JUROS E DESEMPREGO**

O governo prevê inflação de 17,7% em 2019 (acima da meta inicial de 15%) e 25% em 2020, revertendo a tendência de desaceleração do nível de preços que se registrava desde o início do governo João Lourenço. O controle da inflação e o sucesso do ajuste fiscal vêm permitindo a paulatina redução dos juros e a expansão do crédito, essenciais para estimular a atividade econômica.

No final de 2019, o Comitê de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu baixar a taxa básica de juros de 16,5% para 15,75%, contrariando expectativa de que a taxa seria mantida, e anunciou regime de câmbio livre.

As reservas internacionais líquidas, que se mantiveram acima de US\$ 20 bilhões até 2016, estão hoje em torno de US\$ 10 bilhões (Banco Nacional de Angola – BNA). O país tem, tradicionalmente, déficits em conta corrente, uma vez que os superávits comerciais são insuficientes para cobrir os déficits em serviços e transferências.

Ao fim do terceiro trimestre de 2019, o desemprego atingiu 30,7% (Instituto Nacional de Estatística – INE).

## **COMÉRCIO EXTERIOR**

O comércio exterior representa cerca de 52% do PIB do país (Banco Mundial). Angola é membro de mecanismos regionais de comércio, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central, CEEAC), e assinou o Acordo de Livre Comércio Continental Africano em março de 2018.

O petróleo compõe mais de 95% das exportações totais. Angola é grande exportador de diamantes e também envia café, sisal e pescado. Importa principalmente maquinaria, veículos, sobressalentes, medicamentos, alimentos e têxteis. Os principais parceiros comerciais de Angola são China, Índia, União Europeia (Espanha e Portugal) e os EUA. Em 2018, registraram-se exportações totais de bens de US\$ 42,12 bilhões (+22% sobre 2017) e importações de US\$ 15,44 bilhões (+7%).

## **ACORDO COM O FMI**

Em dezembro de 2018, Angola firmou com o FMI programa que prevê empréstimo de US\$ 3,7 bilhões até 2021. Ao fim da primeira revisão, em junho de 2019, o Fundo desembolsara US\$ 1,24 bilhão. Com o fim da segunda avaliação, em dezembro, foi autorizada a terceira parcela do empréstimo, no valor de aproximadamente US\$ 250 milhões, o que elevou a US\$ 1,48 bilhão o montante desembolsado pelo Fundo.

## **COMÉRCIO INTRARREGIONAL**

O comércio intra-africano de Angola é limitado pelo próprio peso das exportações de petróleo, destinadas em sua maior parte à China (60,3% segundo o INE). No ano passado, apenas 3,7% das exportações e 11,8% das importações angolanas corresponderam ao intercâmbio com a África, de modo que o comércio intrarregional equivaleu a somente 6% das trocas do país, cifra duas a três vezes menor que a média dos países do continente.

O maior parceiro regional é a África do Sul. Os maiores desafios que Angola enfrenta para o crescimento de seu comércio intrarregional estão relacionados à baixa complementariedade econômica com os países do continente; à restrita capacidade exportadora e produtiva do setor não-petrolífero; e às deficiências de integração viária.

Por essa razão, o principal interesse do governo angolano ao ingressar na Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA) e na Zona de Livre Comércio da SADC é a atração de investimentos estrangeiros, de modo a superar esses gargalos de infraestrutura.

## **ZONA DE LIVRE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANA (ZLCCA)**

O Presidente João Lourenço assinou, em Kigali, durante a X Reunião de Cúpula Extraordinária da União Africana (21/03/2018), o acordo comercial que cria uma zona de livre comércio em toda a África. Quarenta e quatro países do

continente assinaram, naquela ocasião, o instrumento, que entrou em vigor em 30/05/2019, após a 22ª ratificação (Angola ainda não ratificou).

Espera-se que o ZLCCA crie um mercado de mais de um bilhão de pessoas, com PIB de mais de US\$ 3 trilhões. Uma vez em vigor, a ZLCCA tem a ambição de aumentar o comércio intra-africano em 52% até o ano de 2022, remover tarifas de 90% das mercadorias, liberalizar serviços e combater outras barreiras ao comércio intra-bloco, como os sempre mencionados longos atrasos nos postos fronteiriços.

O governo de João Lourenço tem demonstrado interesse em promover a integração comercial de Angola em seu entorno, tradicionalmente limitada. Deverá, em breve, apresentar sua primeira oferta de preferências tarifárias à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O principal objetivo é atrair investimentos estrangeiros que contribuam para a diversificação da economia.

As entidades representativas do setor privado angolano, contudo, externaram preocupação com provável aumento da concorrência de produtos importados no mercado local, já muito dependente de importações.

## **COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)**

Angola é um dos poucos países membros da SADC que ainda não integram plenamente a zona de livre comércio do bloco (ZLC), vigente desde 2008. Embora tenha ratificado o Protocolo Comercial em 2003, Angola nunca o implementou e, somente a partir de maio de 2018, já na administração de João Lourenço, passou a adotar medidas para efetivamente aderir à ZLC.

Em mais de uma ocasião, porém, representantes do Ministério do Comércio indicaram à imprensa que o processo de adesão à ZLC da SADC deverá concretizar-se de forma gradual, e pode durar mais de uma década.

## **AGENDA DE REFORMAS**

Além das medidas de ajuste fiscal, a agenda de reformas econômicas contempla a modernização do arcabouço legislativo em prol da melhora do ambiente de negócios no país. Foram propostas novas regras para facilitação do investimento privado, defesa da concorrência e repatriação de capitais, e está em curso a reestruturação de empresas públicas, como a Sonangol.

A persistência do governo de João Lourenço em observar os compromissos assumidos com o FMI demonstra a crença no novo paradigma de reformas econômicas ortodoxas e liberalizantes que o Presidente tem procurado construir desde o início de seu mandato.

Diante da insuficiência da poupança doméstica, historicamente deslocada pelo Estado, a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) tornou-se fator crucial para o sucesso das novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver sobretudo o turismo e a agricultura.

*DAF II, 05/05/2020*

**PERFIS BIOGRÁFICOS****João Manuel Gonçalves Lourenço**  
**Presidente da República**

Nascido em 05/03/1954, na cidade do Lobito, província de Benguela. Após a queda do regime salazarista em Portugal, juntou-se à luta de libertação, tendo integrado o primeiro grupo de combatentes que entraram em território angolano. Tem formação militar (artilharia pesada). Entre 1978 e 1982, estudou na União Soviética, onde, além da formação militar, obteve o título de mestre em Ciências Históricas. Já ocupou diversas posições de relevo dentro do partido e no Estado angolano, entre as quais a de Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA entre 1993 e 1998; Secretário-Geral do MPLA e Presidente da Comissão Constitucional entre 1998 e 2003; 1º Vice-Presidente da Assembleia Nacional entre 2003 e 2014. Era Ministro da Defesa Nacional até 24/07/2017, quando se desvinculou para disputar as eleições presidenciais. Assumiu a Presidência da República de Angola em setembro de 2017, em substituição ao ex-Presidente José Eduardo dos Santos, que exerceu o cargo por quase quatro décadas (1979-2017). É tido como homem público isento de acusações de corrupção, inclusive pelos representantes da oposição.

**Tété António**  
**Ministro das Relações Exteriores**

Nascido em 22/01/1955, no município do Bembe, província do Uíge. Imediatamente antes de tornar-se Ministro, o Embaixador Tété António exercia a função de Secretário de Estado para as Relações Exteriores, no Ministério das Relações das Relações Exteriores de Angola (MIREX), desde outubro de 2017. Iniciou sua carreira no MIREX no Departamento da União Africana e Instituições Especializadas da Direção África e Médio Oriente, de onde foi trabalhar na Missão Permanente junto da União Africana, em Adis Abeba (1993-1997). Posteriormente,

tornou-se Chefe de Gabinete do Vice-Ministro das Relações Exteriores (1999-2002) e, em seguida, foi membro da delegação angolana no Conselho de Segurança (2003-2004) e Assessor do Presidente da 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (2004-2005). Exerceu outras importantes funções diplomáticas, como Observador Político da União Africana junto à Missão da ONU para a Organização de um Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO); Perito Principal durante a Presidência Angolana da Comissão de Consolidação da Paz da ONU; representante da União Africana Junto à ONU; Conselheiro Diplomático do Presidente da Comissão da União Africana; e Ministro Conselheiro na Missão Permanente da República de Angola junto às Nações Unidas.



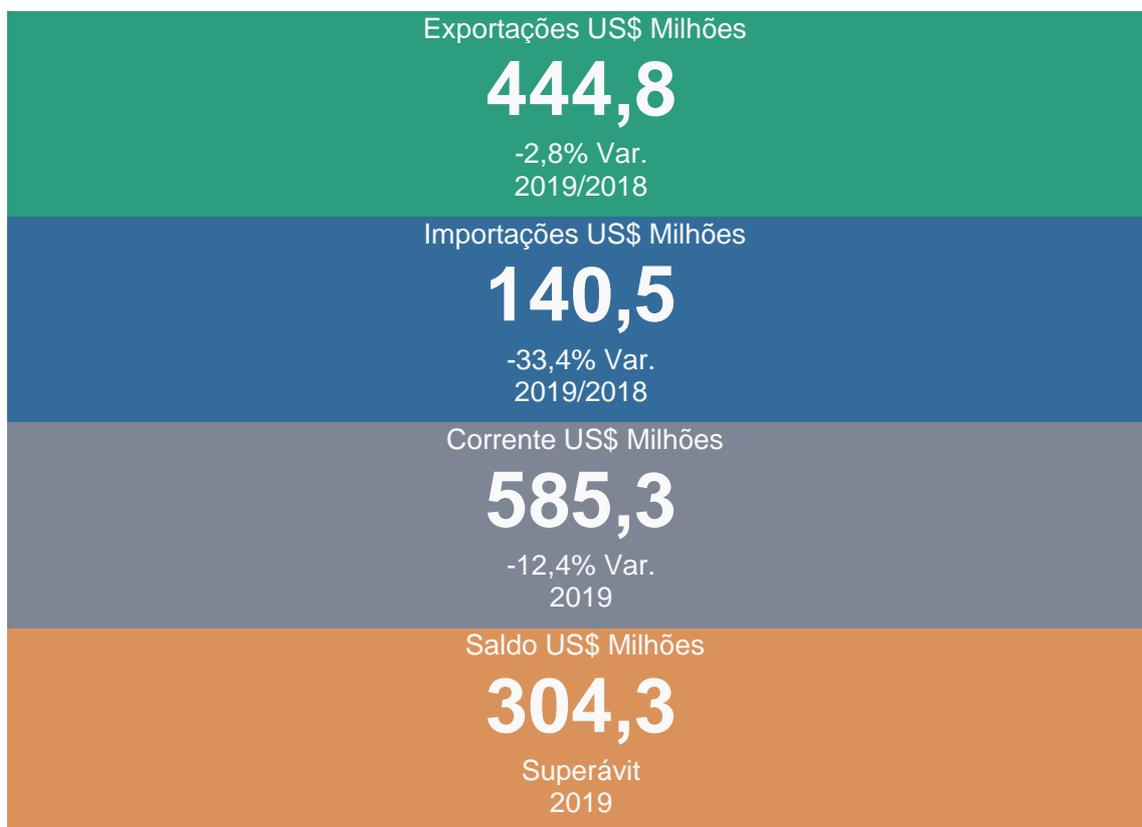
<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>NOME OFICIAL</b>	República de Angola
<b>CAPITAL</b>	Luanda
<b>ÁREA</b>	1.246.700 Km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	30,809 milhões (último censo – 2018)
<b>IDIOMA OFICIAL</b>	Português
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Africanas (47%), católica (38%), protestante (15%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República Presidencialista
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	João Manuel Gonçalves Lourenço (desde 26/9/2017)
<b>MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES</b>	Téte Antônio (desde 06/03/2020)
<b>PIB nominal (BM, 2018)</b>	US\$ 105,751 bilhões
<b>PIB PPP (BM, 2018)</b>	US\$ 176,396 bilhões
<b>VARIAÇÃO DO PIB (BM)</b>	-2,13% (2018), -0,14% (2017); -2,58% (2016); 0,94% (2015)
<b>PIB nominal <i>per capita</i> (BM, 2018)</b>	US\$ 3.229
<b>PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2018)</b>	<b>US\$ 5.725</b>
<b>IDH (PNUD, 2015)</b>	0,532 (149 <sup>a</sup> posição entre 188 países)
<b>EMBAIXADOR EM LUANDA</b>	Paulino Franco de Carvalho Neto
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Florêncio Mariano da Conceição de Almeida

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) – MDIC**

<b>BRASIL → ANGOLA</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Intercâmbio</b>	<b>1.440,80</b>	<b>1.512</b>	<b>1.190</b>	<b>1.998</b>	<b>2.372</b>	<b>679,83</b>	<b>611,7</b>	<b>936,1</b>	<b>668,3</b>	<b>582</b>
<b>Exportações</b>	947,1	1.074	1.144	1.271	1.262	647,98	539,7	670,4	457,5	441,5
<b>Importações</b>	494,75	438	45,92	727	1.110	31,84	72	265,7	210,9	140,5
<b>Saldo</b>	<b>453,4</b>	<b>636</b>	<b>1.098</b>	<b>544</b>	<b>152</b>	<b>616</b>	<b>467,7</b>	<b>404,7</b>	<b>246,6</b>	<b>301</b>

## CORRENTE DE COMÉRCIO EM 2019



# 0,2%

Part. nas Exportações  
2019

# 54º

Ranking de Exportações  
2019

# 0,08%

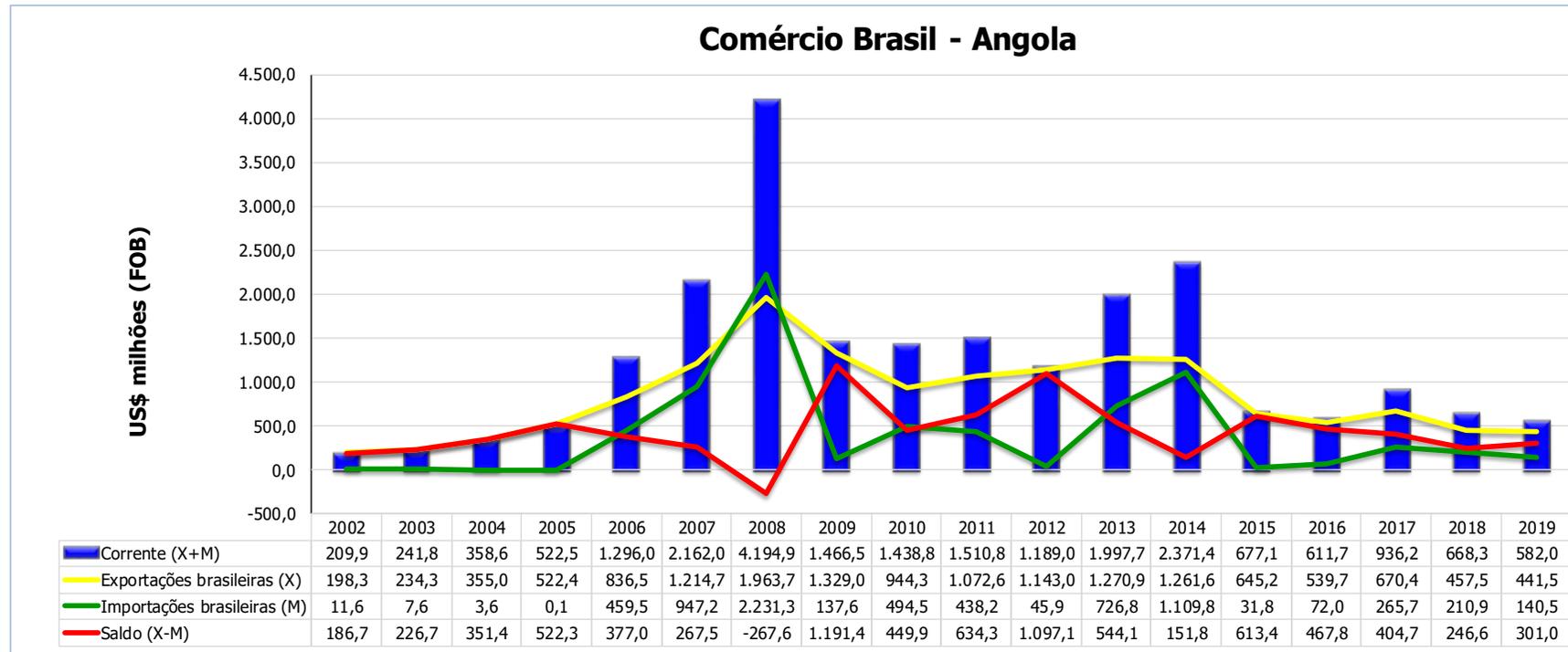
Part. nas Importações  
2019

# 64º

Ranking de Importações  
2019

Fonte: Ministério da Economia

## ANEXO ESTATÍSTICO

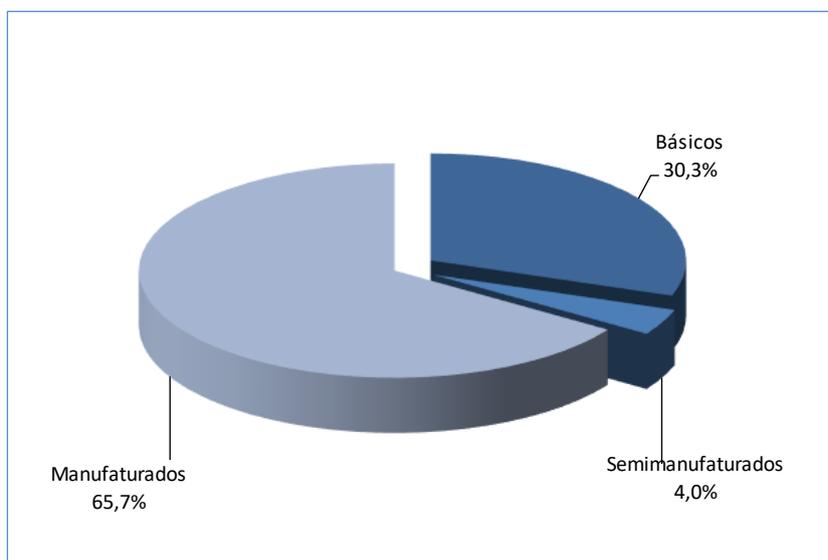


<b>2019/2020</b>	<b>Exportações brasileiras</b>	<b>Importações brasileiras</b>	<b>Corrente de comércio</b>	<b>Saldo</b>
2019 (janeiro)	27,1	0,04	27,2	27,1
2020 (janeiro)	23,9	0,04	24,0	23,9

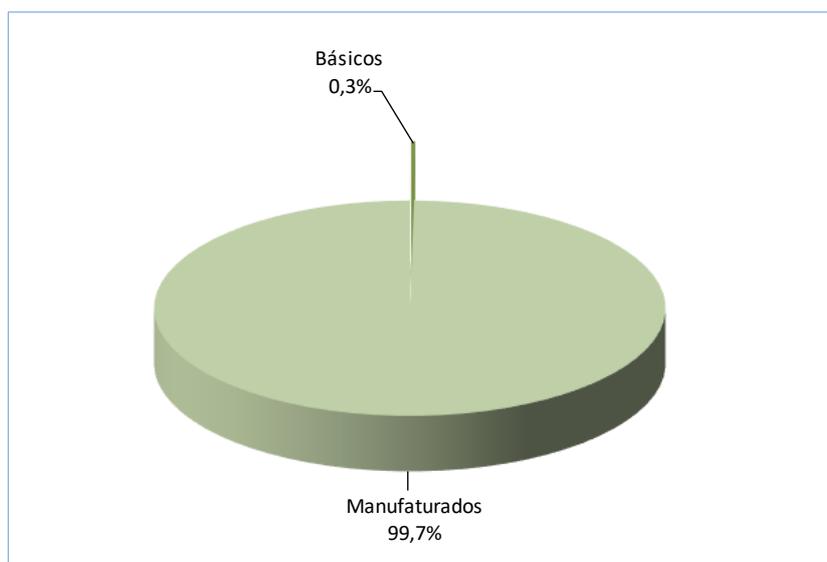
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

### Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2019

#### Exportações



#### Importações



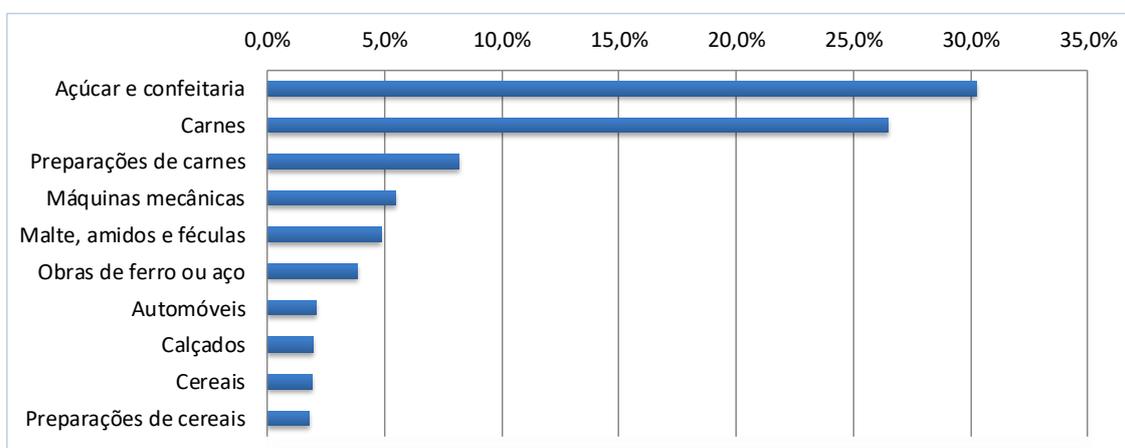
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

**Composição das exportações brasileiras para Angola  
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar e confeitaria	195,0	29,1%	104,9	22,9%	133,4	30,2%
Carnes	184,8	27,6%	150,2	32,8%	117,0	26,5%
Preparações de carnes	39,7	5,9%	32,6	7,1%	36,1	8,2%
Máquinas mecânicas	24,5	3,7%	14,8	3,2%	24,2	5,5%
Malte, amidos e féculas	53,3	8,0%	28,2	6,2%	21,3	4,8%
Obras de ferro ou aço	27,1	4,0%	2,7	0,6%	16,9	3,8%
Automóveis	17,8	2,7%	43,9	9,6%	9,1	2,1%
Calçados	7,3	1,1%	7,0	1,5%	8,6	1,9%
Cereais	5,5	0,8%	5,4	1,2%	8,4	1,9%
Preparações de cereais	7,9	1,2%	7,7	1,7%	7,7	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>562,9</b>	<b>84,0%</b>	<b>397,4</b>	<b>86,9%</b>	<b>382,8</b>	<b>86,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>107,6</b>	<b>16,0%</b>	<b>60,1</b>	<b>13,1%</b>	<b>58,7</b>	<b>13,3%</b>
<b>Total</b>	<b>670,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>457,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>441,5</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

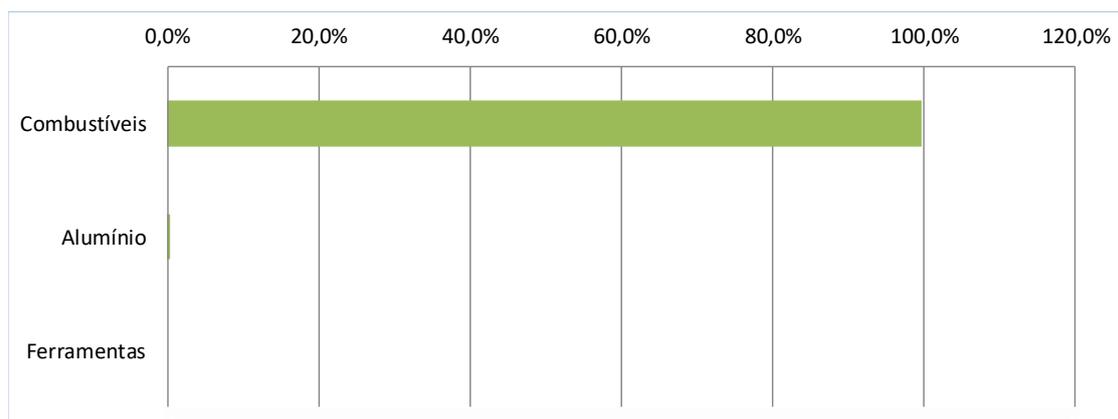


**Composição das importações brasileiras originárias de Angola  
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	265,5	99,9%	209,7	99,5%	140,1	99,7%
Alumínio	0,2	0,1%	1,1	0,5%	0,4	0,3%
Ferramentas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>265,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>210,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>140,5</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>265,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>210,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>140,5</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**

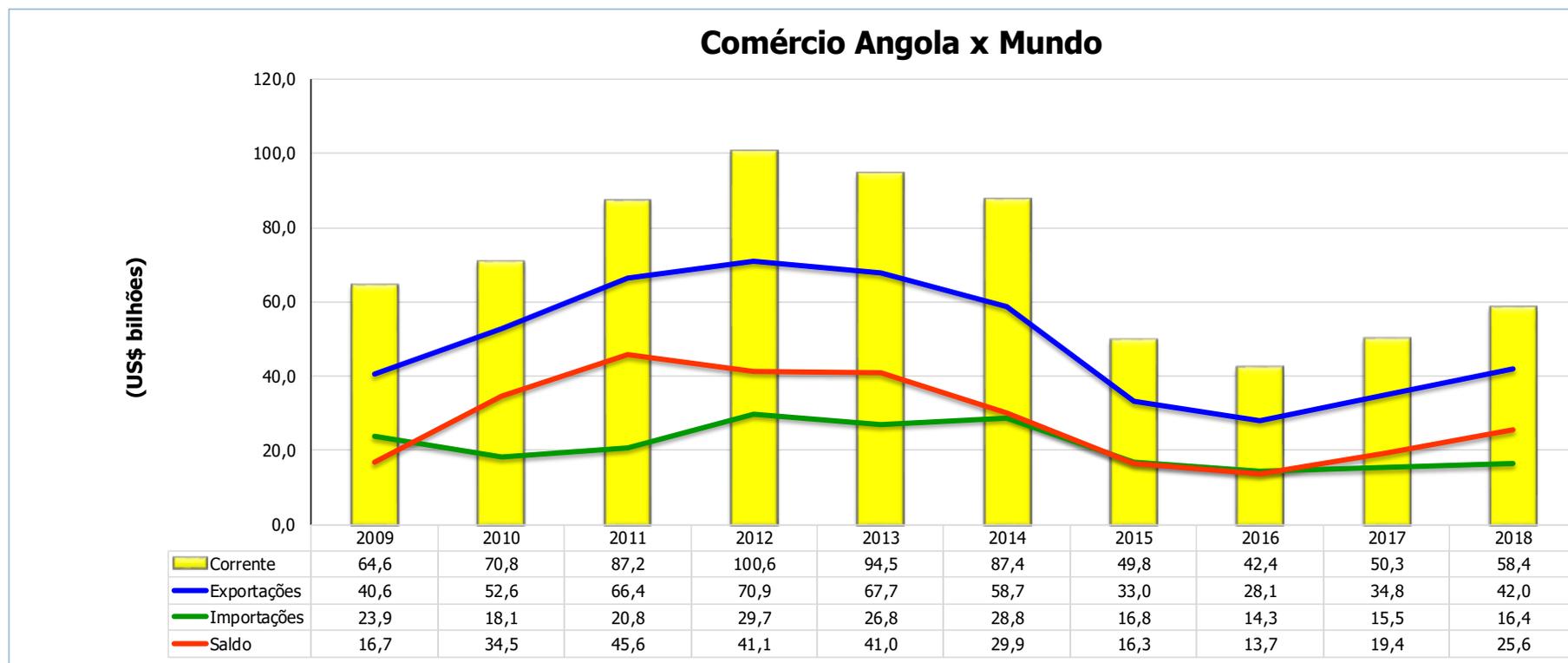


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (janeiro)	Part. % no total	2 0 2 0 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
<b>Exportações</b>					
Automóveis	0,2	0,7%	7,7	32,2%	Automóveis 32,2%
Carnes	9,1	33,6%	5,7	24,0%	Carnes 24,0%
Máquinas mecânicas	0,9	3,4%	1,7	7,1%	Máquinas mecânicas 7,1%
Calçados	0,7	2,4%	1,4	5,7%	Calçados 5,7%
Açúcar e confeitaria	3,9	14,3%	1,1	4,7%	Açúcar e confeitaria 4,7%
Animais vivos	4,4	16,2%	0,8	3,4%	Animais vivos 3,4%
Preparações de cereais	0,5	1,8%	0,8	3,3%	Preparações de cereais 3,3%
Malte, amidos e féculas	0,4	1,4%	0,7	2,8%	Malte, amidos e féculas 2,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,1%	0,6	2,6%	Máquinas elétricas 2,6%
Álcool etílico e bebidas	0,1	0,4%	0,3	1,4%	Álcool etílico e bebidas 1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>20,2</b>	<b>74,4%</b>	<b>20,8</b>	<b>87,1%</b>	
<b>Outros</b>	<b>6,9</b>	<b>25,6%</b>	<b>3,1</b>	<b>12,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>27,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,9</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (janeiro)	Part. % no total	2 0 2 0 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020
<b>Importações</b>					
Alumínio	0,04	97,4%	0,03	85,7%	Alumínio 85,7%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	11,4%	Máquinas mecânicas 11,4%
<b>Subtotal</b>	<b>0,04</b>	<b>97,4%</b>	<b>0,03</b>	<b>97,1%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>2,6%</b>	<b>0,00</b>	<b>2,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,04</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020*



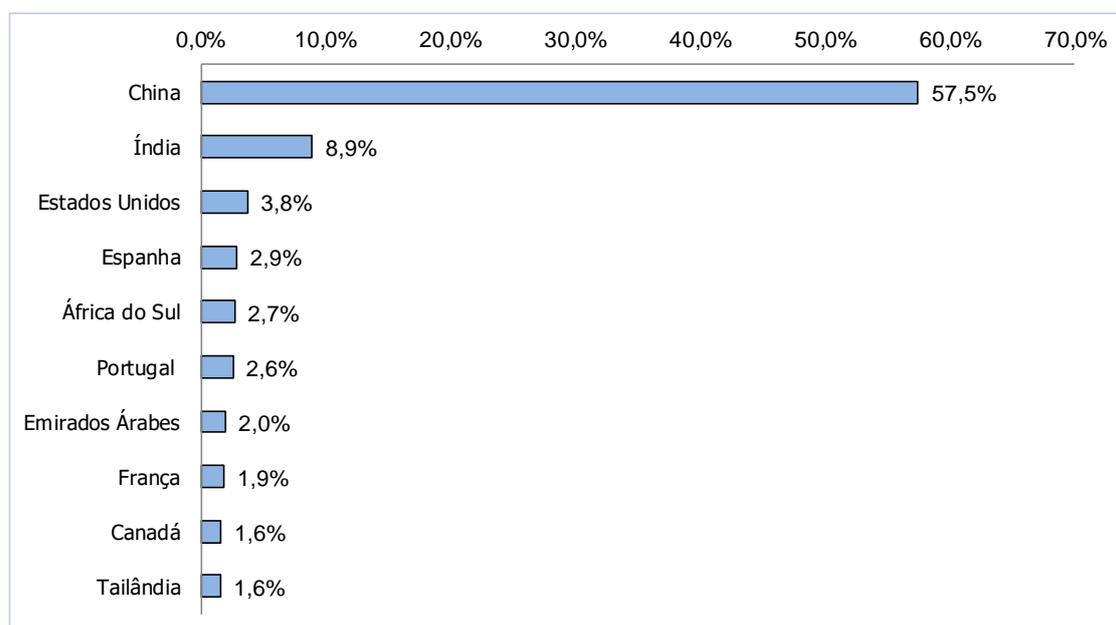
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

**Principais destinos das exportações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
China	24,15	57,5%
Índia	3,75	8,9%
Estados Unidos	1,58	3,8%
Espanha	1,22	2,9%
África do Sul	1,14	2,7%
Portugal	1,08	2,6%
Emirados Árabes	0,83	2,0%
França	0,79	1,9%
Canadá	0,69	1,6%
Tailândia	0,67	1,6%
...		0,0%
<b>Brasil (25º lugar)</b>	<b>0,15</b>	<b>0,3%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>36,05</b>	<b>85,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>5,97</b>	<b>14,2%</b>
<b>Total</b>	<b>42,02</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.*

**10 principais destinos das exportações**

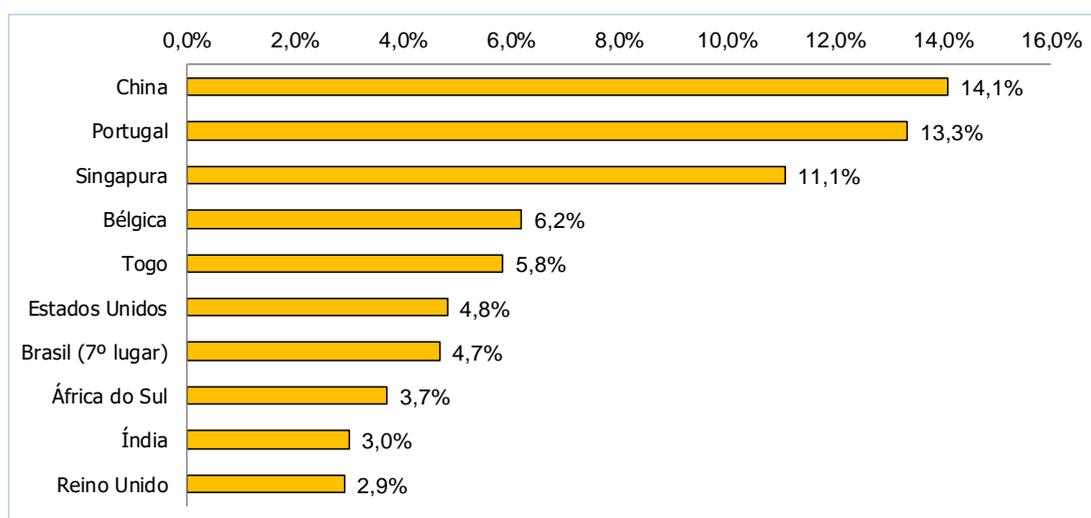


**Principais origens das importações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
China	2,31	14,1%
Portugal	2,19	13,3%
Singapura	1,81	11,1%
Bélgica	1,02	6,2%
Togo	0,96	5,8%
Estados Unidos	0,79	4,8%
<b>Brasil (7º lugar)</b>	<b>0,77</b>	<b>4,7%</b>
África do Sul	0,61	3,7%
Índia	0,49	3,0%
Reino Unido	0,48	2,9%
...		
<b>Subtotal</b>	<b>11,41</b>	<b>69,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>4,98</b>	<b>30,4%</b>
<b>Total</b>	<b>16,39</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.*

**10 principais origens das importações**

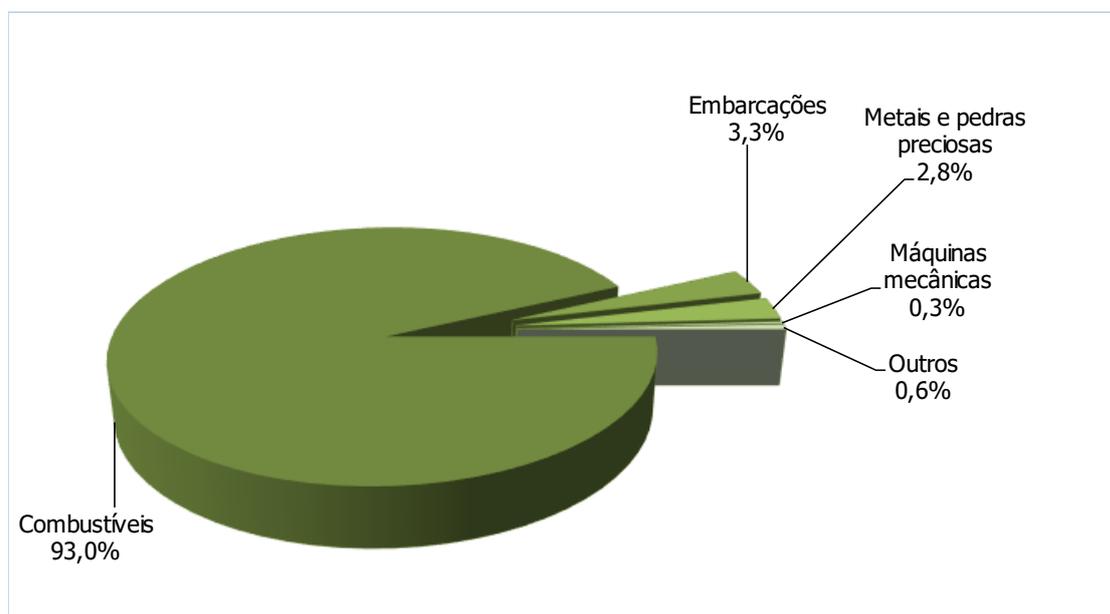


### Composição das exportações da Angola US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	38,83	92,4%
Embarcações	1,38	3,3%
Metais e pedras preciosas	1,15	2,7%
Máquinas mecânicas	0,13	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>41,76</b>	<b>99,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>0,26</b>	<b>0,6%</b>
<b>Total</b>	<b>42,02</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/TradeMap, em Fevereiro de 2020.*

#### 10 principais grupos de produtos exportados

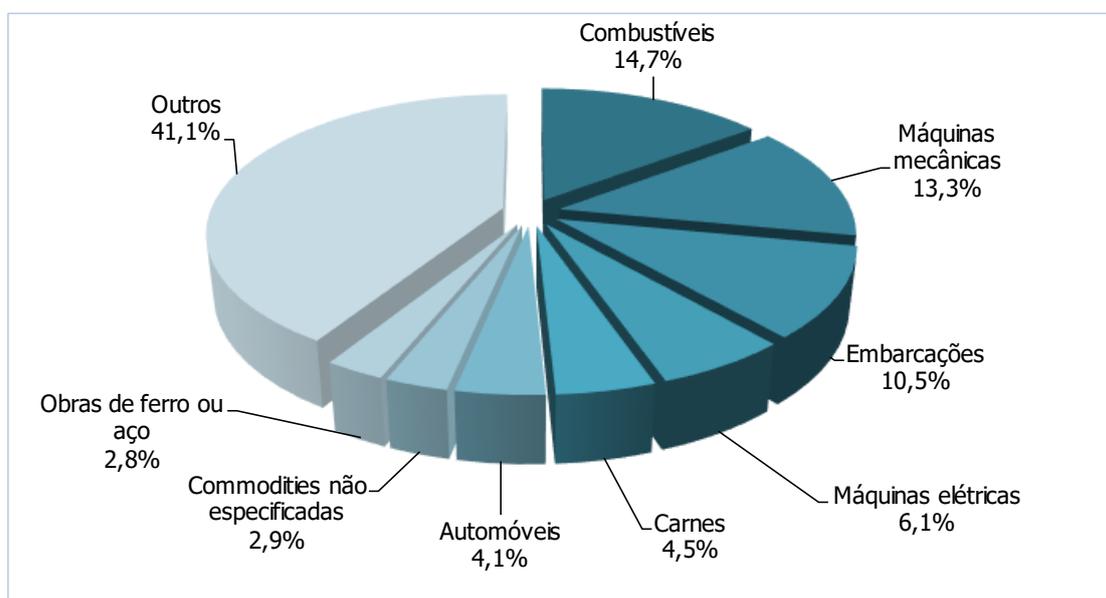


### Composição das importações da Angola US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	2,41	14,7%
Máquinas mecânicas	2,18	13,3%
Embarcações	1,72	10,5%
Máquinas elétricas	1,01	6,1%
Carnes	0,74	4,5%
Automóveis	0,67	4,1%
Commodities não especificadas	0,47	2,9%
Obras de ferro ou aço	0,45	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>9,65</b>	<b>58,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>6,73</b>	<b>41,1%</b>
<b>Total</b>	<b>16,39</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

#### 10 principais grupos de produtos importados



### Principais indicadores socioeconômicos da Angola

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-1,70%	0,44%	2,88%	2,22%
PIB nominal (US\$ bilhões)	107,32	92,19	96,43	100,36
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.668	3.060	3.107	3.139
PIB PPP (US\$)	6.057,00	5.906,00	5.900,00	5.855,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.814	6.763	6.896	6.986
População (milhões habitantes)	29,25	30,13	31,03	31,96
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	18,60%	15,00%	9,00%	7,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,31%	-3,85%	-1,87%	-1,87%
Dívida externa (US\$ bilhões)	39,20	42,10	38,40	38,50
Câmbio ( Kz / US\$) <sup>(2)</sup>	422,30	411,50	421,00	431,20

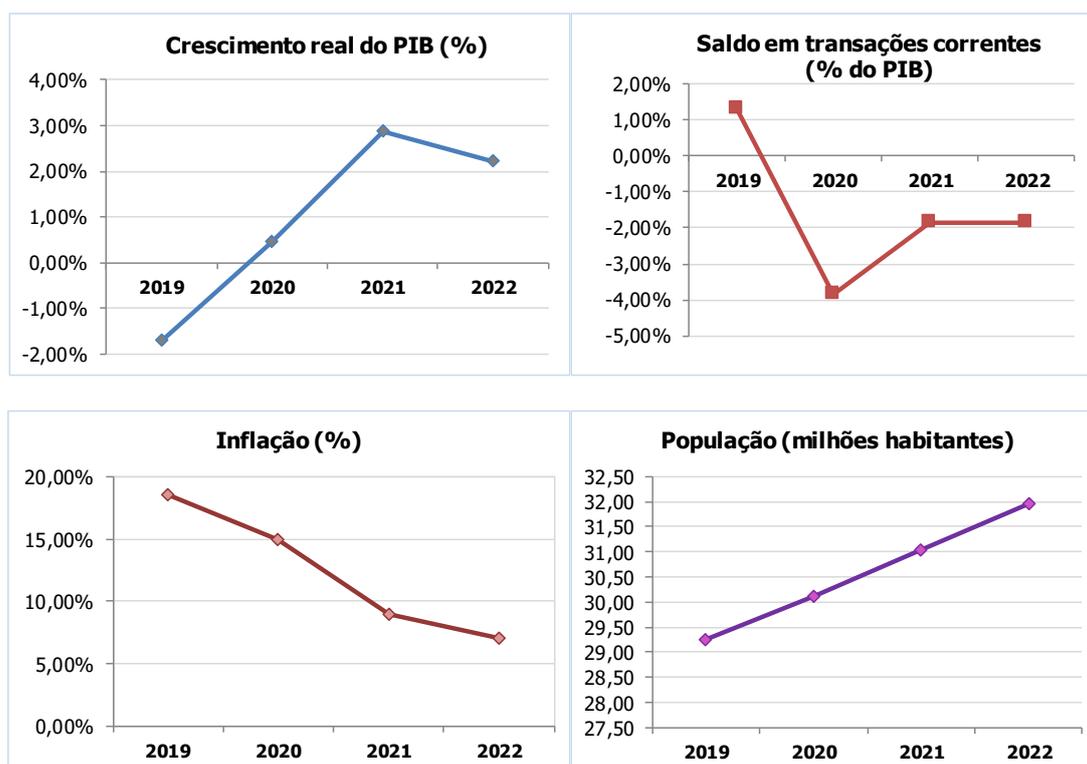
#### Origem do PIB ( 2017 Estimativa )

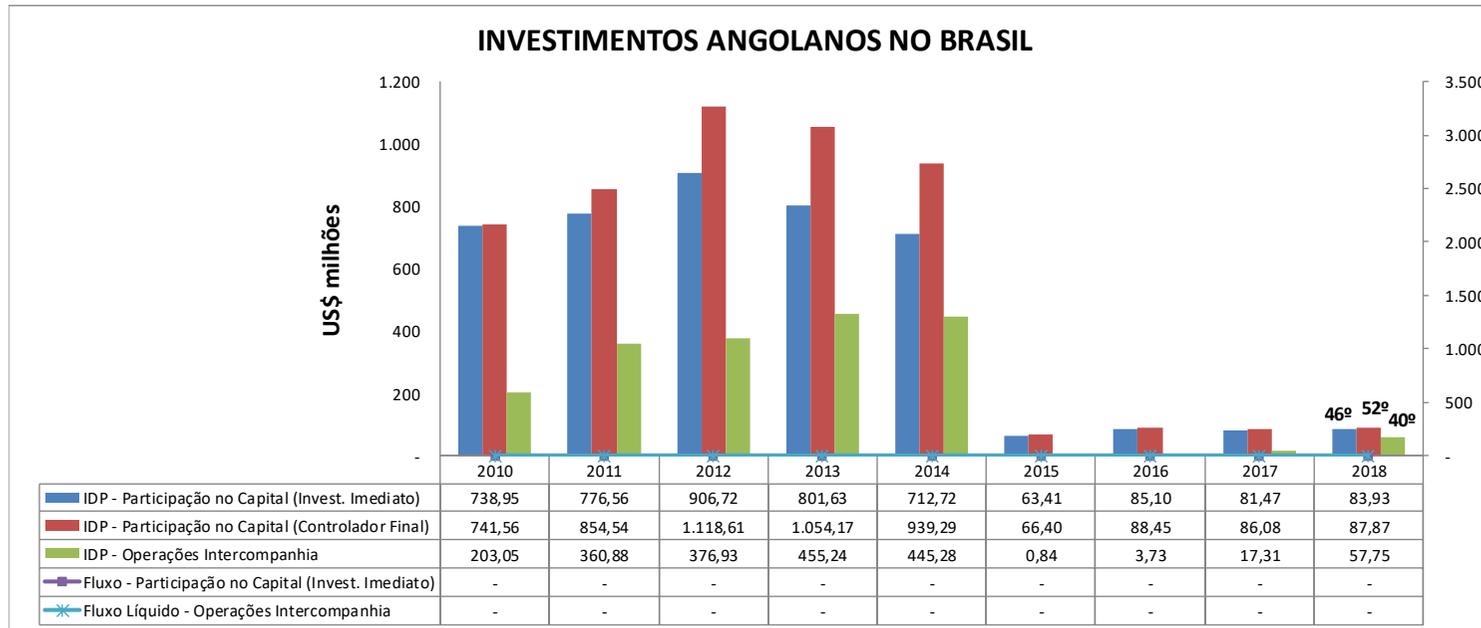
Agricultura	10,2%
Indústria	61,4%
Serviços	28,4%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





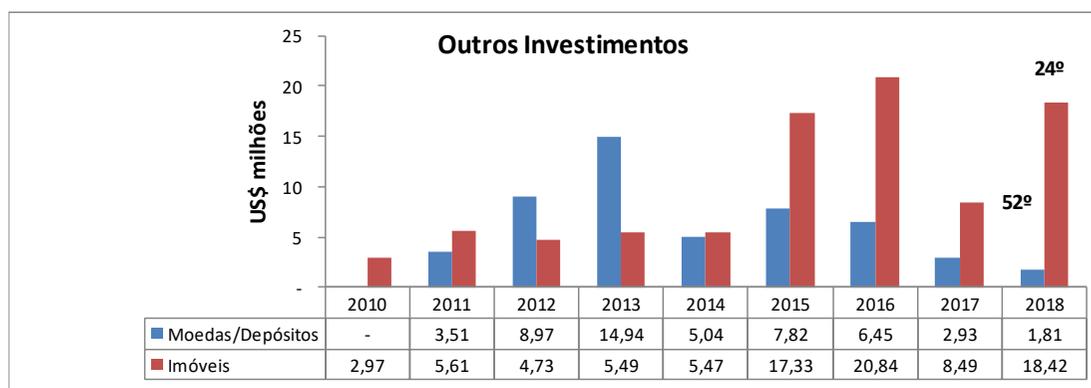
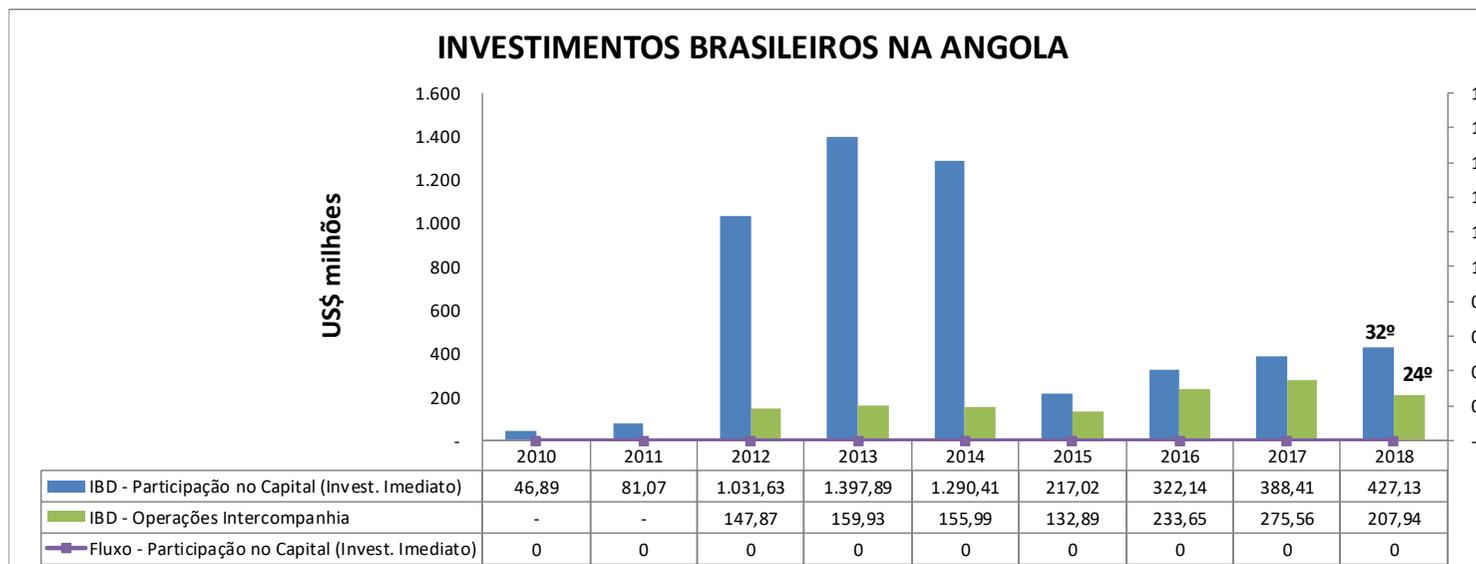
IDP - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)		
	2010	2015
Investidor Imediato	24	45 (38º)
Controlador Final	24	43 (40º)

**Fontes:**

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em [http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados\\_censos.asp?idpai=CAMBIO](http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO);

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex>;

Elaboração DINV/MRE



IBD - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)	
2010	2018
14	30

**Fontes:**

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE>;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/Infeccon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex>;

Elaboração DINV/MRE